

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TÂNIA CRISTINA MARCONDES PERES

**ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTOS DE CURTO E
LONGO PRAZO PARA PEQUENAS E MICRO EMPRESAS**

CURITIBA

2012

TÂNIA CRISTINA MARCONDES PERES

**ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTOS DE CURTO E
LONGO PRAZO PARA PEQUENAS E MICRO EMPRESAS**

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Auditoria.

Orientador: Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto.

CURITIBA
2012

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO (A): TÂNIA CRISTINA MARCONDES PERES

TÍTULO DO TRABALHO: ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTOS DE CURTO E LONGO PRAZO PARA PEQUENAS E MICRO EMPRESAS

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

Trabalho em instrução financeira com enfoque de pesquisa em potencial. Atende aos critérios de aprovação.

NOTA: 80 (

oito

) ASSINATURA:



Prof. Romualdo Douglas Colauto
Departamento de Contabilidade
Mat. 202087 - 15162532

NOME DO PROFESSOR DESIGNADO:

NOTA: 80 (

oito

) ASSINATURA:



CONCEITO FINAL: _____ ()

COORDENADOR DO CURSO: MAYLA CRISTINA COSTA

ASSINATURA: _____

DATA: ____/____/____

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus por guiar minhas decisões e pensamentos, me fortalecer, me dando sabedoria e entendimento para que eu possa finalizar esta etapa tão importante da minha vida.

A minha mãe, filha e sobrinha pelo apoio e amor incondicional e que felizmente posso dizer que é recíproco.

Aos meus amigos em especial ao Jonathan e Fernando pelas sugestões, apoio e ensinamentos.

Agradeço especialmente ao apoio de meu orientador Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível à conclusão deste trabalho.

RESUMO

O objetivo geral do trabalho é fornecer informações acerca das formas de captação de recursos de curto e longo prazo disponíveis na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, repasses do BNDES e Banco Bradesco, levantando informações como: prazos, custos, garantias exigidas e demais requisitos a serem preenchidos para aquisição dessas linhas de crédito. Desta forma fez-se necessário uma análise comparativa das alternativas disponíveis para que se possa escolher aquela que melhor se adequar à realidade de cada empresa. Para isto foram selecionadas as modalidades de financiamentos destinadas à capital de giro e aquisição de bens do ativo fixo que se encontram nos bancos públicos e privados citados acima.

Palavras-chave: Captação de Recursos. Modalidade de Financiamento. Linhas de Crédito.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	CCL	12
Tabela 2	Resumo modalidades de financiamento.....	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O fluxo do ativo circulante	11
----------	-----------------------------------	----

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	3
LISTA DE QUADROS	4
1 INTRODUÇÃO	5
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA.....	6
1.2 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA.....	7
1.3 OBJETIVOS.....	7
1.3.1 Objetivo Geral.....	7
1.3.2 Objetivos Específicos.....	7
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	7
1.5 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 CARACTERIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE CAPITAL DE GIRO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESAS NO BRASIL.....	10
2.2 MODALIDADES DE FINANCIAMENTO.....	23
2.2.1 Financiamentos da Caixa Econômica Federal.....	23
2.2.2 Financiamentos do Banco do Brasil.....	25
2.2.3 Financiamentos do BNDES.....	28
2.3 MODALIDADES DE FINANCIAMENTOS EM INSTITUIÇÃO PRIVADA.....	30
2.3.1 Financiamentos do Bradesco S.A.....	30
3 METODOLOGIA	32
3.1 Metodologia da Pesquisa.....	32
3.2 Descrições dos Procedimentos de Coleta de Dados.....	32
4 DESCRIÇÕES DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	34
4.1 Descrições das modalidades de Financiamentos nas Instituições Financeiras.....	34
4.2 Levantamento das Vantagens e Desvantagens de Financiamentos Segundo as Modalidades.....	36
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	39
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo mostra uma visão geral das linhas de crédito oferecidas pelas principais instituições financeiras públicas e privadas para pequenas e micro empresas, propiciando alternativas mais adequadas para suas necessidades. Inicialmente apresenta-se o problema da pesquisa, em seguida o objetivo do estudo, as justificativas e como está estruturado o trabalho.

1.1. PROBLEMA DA PESQUISA

Um dos problemas enfrentados pelos gestores é decidir qual alternativa propiciará melhores resultados à empresa, dadas às diversas variáveis envolvidas no processo decisório de captação de recurso. Entre elas, deve-se considerar o custo, o retorno e o prazo, além das garantias exigidas pelo agente financiador. As alternativas podem variar de acordo com ramo de atividade, o volume de recursos de que necessita, a destinação do recurso, as garantias exigidas e o seu relacionamento com o banco no qual deseja pleitear o financiamento. (SAITO,2008)

Com relação ao porte das organizações, as micro e pequenas empresas (MPEs), assim definidas são aquelas empresas cujo faturamento anual não ultrapasse de R\$ 2,4 milhões, encontram certa dificuldade em obter determinadas linhas de crédito, principalmente à longo prazo através de um estudo efetuado pelo SEBRAE cerca da metade dessas empresas fecham as portas com menos de dois anos de existência e que as principais razões, segundo os próprios empresários representando 24,1 % e a falta de capital de giro, impostos elevados representam 16%, falta de cliente 8% e concorrência 7%,isso pode ser explicado pela fragilidade destas empresas, por não possuírem garantias reais e oferecer pouco tempo de atividade, fatores estes que contribuem negativamente na hora de obter crédito nas instituições financeiras. Outro fator que as prejudica ao acesso das linhas de crédito menos onerosas é o desconhecimento dessas por parte das empresas, que acabam se endividando com empréstimos que estão fora de suas realidades e necessidades. Algumas dessas empresas acabam se utilizando de créditos rotativos como cheque

especial que se caracterizam como alternativas de curto prazo e normalmente possuem altas taxas, para tentar solucionar seu ciclo operacional. (VIEIRA, 2005).

É muito importante que o pequeno empreendedor esteja bem informado sobre as linhas de crédito que utiliza e de que possa a vir a utilizar para que não exceda sua capacidade e termine inadimplente, pois isso causa um histórico negativo na instituição que mesmo após a regularização da pendência ainda reduz o rating (classificação de risco) dificultando o acesso a linhas de crédito com taxas e prazos mais vantajosos. Neste sentido o estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: **quais são as vantagens e desvantagens das modalidades de financiamento de curto e longo prazo para micro e pequenas empresas?**

1.2. OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa consiste em demonstrar as vantagens e desvantagens das modalidades de financiamento de curto e longo prazo para micro e pequenas empresas no Brasil em instituições financeiras públicas e privadas.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Descrever as modalidades de financiamento de curto e longo prazo para micro e pequenas empresas em instituições financeiras públicas e privadas;

b) Descrever as vantagens por modalidade de financiamento de curto e longo prazo para micro e pequenas empresas em instituições financeiras públicas e privadas e

c) Descrever as desvantagens por modalidade de financiamento de curto e longo prazo para micro e pequenas empresas em instituições financeiras públicas e privadas.

1.3. JUSTIFICATIVAS DO ESTUDO

Os anos de alta inflação deixaram uma herança muito negativa quanto a visão de curto prazo e a falta de planejamento em longo prazo. Em razão disso planejar um investimento, como por exemplo, expansão e prospecção de novos mercados torna-se uma difícil tarefa desde a captação de recurso até a escolha de modalidade do financiamento e a execução do projeto.

Esse estudo tem como objetivo auxiliar na busca da operação financeira que melhor se adaptem as necessidades da organização. Isso se justifica devido ao papel que as micro e pequenas empresas têm no contexto econômico do país e suas fragilidades conforme SEBRAE, a sobrevivência destas empresas podem estar relacionadas a disponibilidade de recursos para investimento na sua atividade seja para qualificação do produto quanto para flexibilização do negocio, colocando-se desta forma como item central para o seu desenvolvimento.

Os financiamentos em longo prazo são utilizados como auxiliares para desenvolvimento das indústrias, suprindo carências para investimentos como, capital de giro, infraestrutura, aquisição de maquinas e equipamentos. Por possibilitar desenvolvimento econômico e social, o Governo Federal disponibiliza linhas de credito com taxas subsidiadas, por meio de Bancos Públicos, de desenvolvimento e bancos múltiplos, desta forma incentiva o crescimento da indústria nacional.

Serão vistas também as formas de captação de recursos de longo prazo disponíveis no mercado financeiro, analisando as opções via Sistema BNDES, bancos públicos e privados suas características e os requisitos que o pequeno empreendedor precisa preencher para ter acesso a essas linhas de crédito, possibilitando uma gestão financeira mais eficaz.

1.4. ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

A pesquisa está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a Introdução, em seguida, o Problema da Pesquisa, Objetivo, Objetivo Geral, Objetivo Específico, finalizando com Justificativa do Estudo e a Organização do Conteúdo.

No segundo capítulo, apresenta-se o Referencial Teórico, abordando inicialmente a Caracterização de Financiamento de Capital para Micro e Pequenas Empresas no Brasil. Na sequência foi abordada Modalidades de Financiamentos em Instituições Públicas e Privadas. No terceiro capítulo, inicialmente aborda-se a Metodologia da Pesquisa, na sequência, trata-se da Descrição dos Procedimentos de Dados. Após é abordado a Descrição dos Procedimentos de Análise de Dados.

No quarto capítulo descrevem-se a Análise dos Dados, logo em seguida trata-se da descrição das Modalidades de Financiamentos das Instituições Financeiras através de quadro com resumo, finalizando o capítulo com o Levantamento das Vantagens e Desvantagens de Financiamento Segundo as Modalidades. No quinto capítulo apresentam-se as conclusões e recomendações para futuros estudos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

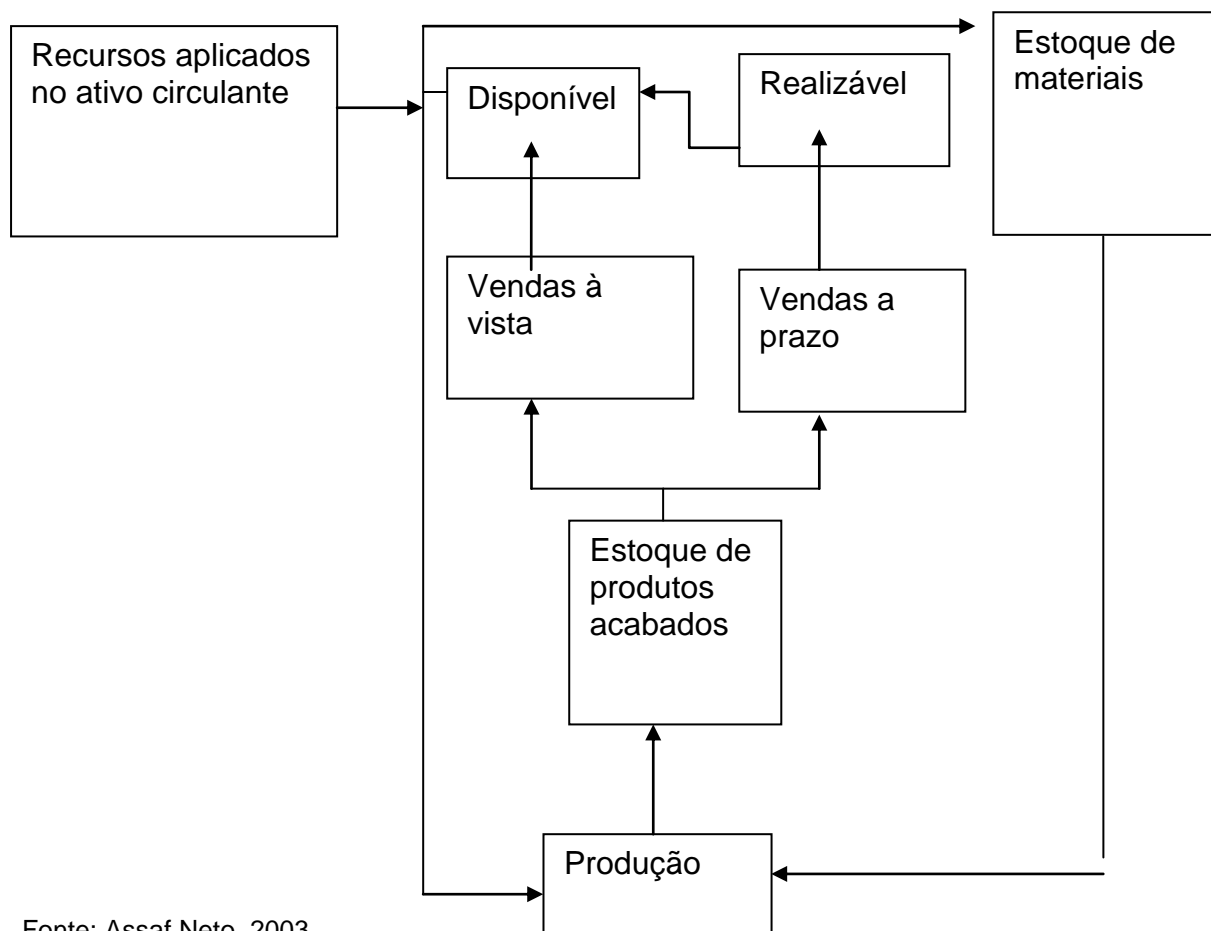
A fundamentação teórica está dividida em três seções. A primeira trata-se da caracterização de financiamentos de capital de giro para micro e pequenas empresas no Brasil, com definições deste recurso segundo Lemes Junior e a sua necessidade dentro do crescimento e a sobrevivência destas empresas junto a seus concorrentes.

Depois são descritos as modalidades de financiamentos de instituições públicas e privadas características, prazos e utilização conforme pesquisas em sites destes Bancos.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE CAPITAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL

Segundo Lemes Júnior et al. (2002), o capital de giro pode ser entendido como o valor dos recursos aplicados pela empresa para movimentar o ciclo operacional, este por sua vez, é o espaço de tempo decorrente entre a entrada da matéria-prima na empresa até o recebimento das vendas dos produtos acabados resultantes. Para Braga (1994), o capital de giro refere-se aos recursos aplicados no ativo circulante, composto principalmente por estoques, contas a receber e disponibilidades. Na Figura 1, evidencia-se o fluxo do capital de giro de uma empresa industrial, de acordo com o seu ciclo de produção e venda.

Figura 1 O fluxo do ativo circulante



Fonte: Assaf Neto, 2003.

Observa-se que os recursos, próprios ou de terceiros, aplicados no ativo circulante são, em uma etapa inicial, disponibilizados para financiar as necessidades operacionais. Os recursos vão para a produção através da compra de matérias-primas e pagamento de custos fabris. Os produtos acabados, por sua vez, vão para o estoque esperando a comercialização. Parte dessas vendas retorna imediatamente ao disponível quando realizadas à vista e em curto prazo quando as vendas forem a prazo. O ciclo recomeça acrescentando ao disponível, em função das vendas, os lucros auferidos e os montantes de dispêndios não desembolsavam como é o caso da depreciação.

Para Assaf Neto e Silva (1997), a administração do capital de giro refere-se à administração dos ativos e passivos circulantes. À diferença entre ativos e passivos circulantes, dá-se o nome de capital circulante líquido (CCL). O CCL representa a parcela de ativo circulante que se encontra financiada por recursos de longo prazo (exigibilidades e patrimônio líquido). Braga (1994) destaca que quanto maior o CCL menor será o risco de insolvência de uma empresa. No quadro 1 são ilustradas as situações possíveis de CCL. O Quadro 1 apresenta uma situação em que o CCL é nulo, ou seja, o ativo circulante e o passivo circulante são iguais. O CCL é negativo quando o passivo circulante é maior que o ativo circulante. Quando o ativo circulante é maior que o passivo circulante tem-se um CCL positivo.

A necessidade de capital de giro é fruto do descompasso entre entradas e saídas de caixa. Nesse sentido, Assaf Neto e Silva (1997) enfatizam que a necessidade de capital de giro surge da falta de sincronismo entre as atividades de produção, vendas e cobrança. Gitman (2002) destaca que as saídas de caixa são relativamente previsíveis, enquanto que as entradas são mais difíceis de serem previstas. Deste modo, quanto mais previsíveis forem as entradas de caixa, menor será a necessidade de capital de giro para a empresa.

Tabela 1 CCL

ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE		
CCL nulo	Realizável a LP	Exigível a LP
	Ativo permanente	Patr. líquido
CCL negativo	Realizável a LP	Exigível a LP
	Ativo permanente	Patr. líquido
CCL positivo	Realizável a LP	Exigível a LP
	Ativo permanente	Patr. líquido

Fonte: Assaf Neto, 2003 Situação do CCL.

De acordo com Assaf Neto e Silva (1997), o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona as entradas e saídas de recursos monetários em uma determinada empresa e em um determinado período de tempo. No caso de falta de dinheiro, é preciso uma entrada de caixa que pode ser um resgate de investimento ou captação de empréstimo. Para Lemes Júnior et al.(2002), os empréstimos de curto prazo devem ser utilizados para satisfazer necessidades ocasionais ou sazonais de recursos visando a pontualidade no pagamento dos compromissos.

Uma empresa pode financiar suas atividades através de capitais próprios e de terceiros. Capital próprio implica aumento do patrimônio líquido. Segundo Lemes Júnior et al. (2002), o aumento do capital próprio ocorre através da autogeração de recursos e reinvestimento na empresa, pela subscrição e integralização de capital social ou pela emissão de ações, no caso de grandes empresas de capital aberto, ofertadas na Bolsa de Valores. Os capitais de terceiros são representados pelo endividamento da empresa, pertencem a terceiros e têm período de tempo definido para o pagamento, sendo os encargos financeiros uma espécie de aluguel por sua utilização. Os capitais de terceiros podem ser classificados como crédito comercial e crédito financeiro. De acordo com Lemes Júnior et al. (2002), o crédito comercial é decorrente de negociações entre a empresa e seus fornecedores. Pode ter origem através de fontes como crédito de fornecedores, crédito de impostos e obrigações sociais e outros créditos operacionais. Já o crédito bancário é representado pelas chamadas operações de empréstimo e pode ser feito por bancos comerciais.

As linhas de créditos oferecidas às empresas são direcionadas ao financiamento de investimentos e capital de giro. As necessidades de capital de giro compreendem os gastos operacionais para financiar a matéria-prima e a mão de obra direta. Os investimentos são representados por gastos realizados para a aquisição de bens móveis, como máquinas e equipamentos, e com a expansão de imóveis operacionais. Como o foco deste trabalho é o crédito à pessoa jurídica discutiremos abaixo sobre as linhas crédito mais comuns:

Contratos de Capital de Giro

Sumariamente, é o montante ou conjunto de recursos que não está imobilizado. Estes recursos estão em constante movimentação no dia-a-dia da empresa. Recorrendo ao dicionário, é "o numerário que uma empresa deve manter para atender às necessidades diárias, como compra de matéria-prima, pagamento de impostos, salários e outras despesas". (SCHRICKEL, P. 215)

Direcionados para suprir as necessidades de capital em curto prazo, como as representadas pelo pagamento de matéria-prima, mão de obra e impostos. Os bancos oferecem os contratos para financiamento de capital de giro na modalidade de créditos rotativos ou créditos pontuais.

A garantia exigida normalmente é a nota promissória. Dependendo do risco envolvido, a instituição financeira pode condicionar a aprovação desse financiamento à vinculação de duplicatas selecionadas, em valor equivalente ou superior ao crédito pleiteado.

Vendor

É uma operação de financiamento da compra de bens ou serviços concedidos aos compradores, e garantido pelo fornecedor, que necessariamente é cliente do banco, por meio de uma carta de fiança.

Essa linha de crédito pressupõe que a empresa compradora seja cliente tradicional da empresa vendedora, pois será a última que irá assumir o risco da operação.

Nesse financiamento, a instituição financeira paga a vista a empresa vendedora e recebe a prazo dos clientes (empresas compradoras). Algumas vantagens para o fornecedor são decorrentes de possibilitar melhor gerenciamento do fluxo de caixa e aumento de liquidez; "limpar" o balanço, diminuindo o passivo, e melhorando os índices financeiros e principalmente excluindo também da base de cálculo de impostos os encargos financeiros da venda a prazo (ICMS, IPI, ISS e comissão do vendedor).

Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC)

É bastante utilizada pelos exportadores, à concessão do adiantamento sobre contratos de câmbio está condicionada à aprovação de crédito, idoneidade, solidez e pontualidade de pagamento do exportador. Sobre o adiantamento são cobrados juros variáveis em função do prazo de entrega, conceito do importador e situação econômico-política do país do importador.

Para a concessão do adiantamento, o banco utiliza como recursos as linhas em moeda estrangeira, captados de bancos correspondentes no exterior, com prazo máximo de 180 dias.

A vantagem para a empresa exportadora decorre da possibilidade de captação mais atrativa de recursos, com a finalidade de financiamento da produção e/ou realizar arbitragem entre juros internos e externos.

O público-alvo são empresas exportadoras que necessitem de financiamento e que já disponham de um contrato firmado para exportação futura.

Adiantamento sobre cambiais entregues (ACE)

Esse tipo de financiamento ocorre após o embarque da mercadoria. Sobre o ACE são cobrados juros pelo período da operação e o prazo máximo para a contratação é de 180 dias após o embarque da mercadoria. A responsabilidade do exportador cessa somente quando o importador efetua o pagamento das divisas no exterior. A concessão do ACE também está condicionada a aprovação de crédito, idoneidade, solidez e pontualidade de pagamento do exportador. Sobre o adiantamento são cobrados juros variáveis em função do prazo de entrega dos documentos de embarque, valor da operação, modalidade de entrega, conceito do importador, e situação econômico-política do país importador.

Financiamento a importação

Compreende a modalidade de financiamento na qual o banco avaliza um importador brasileiro perante um exportador (fornecedor no exterior), em transações representativas de importação de mercadorias.

O importador e exportador negociam venda comercial, prevendo cobrança por meio de saque avalizado por um banco no Brasil; o importador solicita ao banco brasileiro a concessão de aval de saque de importação sem ou com confirmação. No caso de sem confirmação, o importador solicita apenas o aval do banco brasileiro, cobrindo seu risco comercial. No caso em que haja confirmação, o exportador requer a confirmação do aval do banco brasileiro por meio de um banqueiro no exterior, visando garantir-se quanto ao risco do banco brasileiro.

A vantagem ao cliente decorre do fato de flexibilizar e agilizar a negociação com o exportador, principalmente quando há agravamento do risco político brasileiro.

Leasing

Operação de arrendamento de veículos, máquinas, equipamentos e imóveis, onde a posse do bem é da arrendadora e o uso do bem é do arrendatário. A amortização dessa modalidade de financiamento ocorre de forma mensal e em longo prazo, normalmente em 24 ou 36 meses.

O processo consiste em avaliar o risco do cliente, após isso o bem é adquirido pela arrendadora, seguindo especificações do bem e do fornecedor, conforme proposta do cliente. Para minimizar o risco, é prática que o arrendador financie uma parcela do bem, ou exija uma garantia adicional. Ao final do contrato o cliente pode optar por três alternativas: adquirir o bem pelo valor residual; fazer um novo leasing, considerando as depreciações havidas, ou devolver o bem ao arrendador.

Os arrendadores condicionam a aprovação do leasing à vinculação de contrato de seguro do bem, o qual pode ser efetivado com a seguradora do banco financiador ou do concorrente, conforme designação do cliente.

Empréstimos do BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social repassa o recurso aos bancos comerciais, cujo papel dos bancos é agir como intermediário ao pagar o fornecedor do bem, receber em parcela do cliente, assumindo o risco do crédito, e repagar o BNDES. O banco ganha com isso os recursos financeiros repassados pelo BNDES, mediante a retenção e aplicação desses recursos no curtíssimo prazo, e

também o "Del Credere", comissão que a instituição financeira recebe por assumir o risco. O bem financiado sempre fica em garantia, além de outras que o banco negociar com o cliente. O percentual financiado pelo BNDES é variável, dependendo da modalidade de financiamento, do porte da empresa e do tipo de investimento.

Em algumas dessas modalidades são necessárias garantias, que tem por finalidade evitar que fatores imprevisíveis, ocorridos após a concessão do crédito, impossibilitem a liquidação do empréstimo, por mais que a parte tomadora seja idônea com suas obrigações, sempre haverá os riscos, seja por fatores climáticos, cambiais, política fiscal, morte do principal dirigente da empresa, incêndio, entre outras causas.

A garantia é considerada pelo Banco Central, como uma das regras de boa técnica bancária, e estabelece que os bancos comerciais, na realização de operações de crédito, exijam uma garantia adequada ao crédito.

Para as instituições financeiras, as melhores garantias são aquelas que possuem maior liquidez, ou seja, aquelas cuja conversão em caixa e respectiva liquidação do contrato de crédito independem de sentença judicial, mesmo assim os gerentes de instituições financeiras nunca devem considerar a concessão de um empréstimo exclusivamente em função da garantia. Em toda concessão de crédito, o gerente deverá ter a convicção de que não será necessário utilizar a garantia para liquidar o empréstimo. A decisão de conceder crédito deve ser baseada na capacidade de reembolso do cliente e não sobre as garantias, ou seja, dar preferência à liquidez sobre a segurança. A formalização da garantia é requisito essencial para que apresente validade, sirva de provas e seja eficaz contra terceiros. Portanto as garantias devem ser formais e registradas em cartório e podem ser classificadas em:

Aval

O aval é uma garantia fidejussória oferecida por um terceiro, que por este ato se torna devedor solidário do devedor principal. A relação que se estabelece entre o avalista e o avalizado é pessoal, direta e intransferível. Diz-se comumente que o avalista, ao dar sua garantia, constitui-se no principal pagador da obrigação dado a

solidariedade estabelecida entre o devedor e seu garantidor em relação ao emprestador. (SCHRICKEL, P. 165)

O aval é caracterizado por ser uma garantia pessoal, ou seja, se o tomador da dívida não cumprir com suas obrigações, quem responderá será a pessoal que assinou como avalista. O aval é normalmente atrelado a todas as operações de crédito, por ser a forma de garantia mais comum. Para a instituição financeira o aval é de boa norma bancária no que se refere a diminuição do risco em casos de inadimplência do cliente ou de concordata ou falência da empresa devedora, existem casos em que o avalista é o dono ou sócio da empresa, se esta pede falência, o dono responderá de mesma forma sobre suas dívidas, porém na posição de pessoa física, como avalista.

O aval se concretiza pela simples assinatura do avalista ou de seu procurador, com poderes específicos. A assinatura deve ser feita na frente do título. Caso não haja espaço suficiente para o avalista assinar no anverso, este poderá assinar atrás do título, após a expressão avalista ou por aval.

A lei não exige a assinatura conjunta de marido e mulher para validade no aval. No entanto, recomenda-se a obtenção do aval de ambos, porque, em caso de execução judicial, o cônjuge que não prestou o aval poderá pedir a exclusão de sua parte nos bens comuns do casal (meação), impedindo que a totalidade dos bens seja penhorada.

O aval garante apenas o valor que está expresso no título de crédito avalizado. Muitos bancos após executarem o tomador e seu avalista pretendem que eles assumam também as responsabilidades por obrigações que vão além das previstas na promissória, o que, às vezes pode funcionar nos tribunais.

O que o responsável pela carteira de crédito deve tomar cuidado ao exigir assinatura de um avalista é atentar para que o título esteja legível e bem formalizado, conferirem, além da assinatura, os poderes de quem assinou (mediante procuração, estatuto ou contrato social), que o avalista e os dados sejam os mesmos citados no contrato e que o valor do título de crédito seja suficiente para cobrir o valor do crédito, com os respectivos encargos.

Caução de duplicatas

Duplicata é um título de crédito que se extrai em consequência de uma fatura de venda mercantil ou prestação de serviços. (...)

A caução de duplicatas só produz efeitos a partir da efetiva entrega dos títulos ao credor. Portanto, na caução de duplicatas, somente podemos considerar a existência da garantia, a partir do momento em que os títulos forem entregues ao banco. (SANTOS, P. 37)

É uma garantia muito utilizada pelo mercado bancário, já que possibilita a diminuição do risco de crédito por meio da vinculação de duplicatas selecionadas ao empréstimo solicitado. Essa forma de garantia é uma espécie de penhor e, como tal, constitui-se uma garantia real, na prática observa-se que as duplicatas representam uma das mais eficazes garantias sobre concessões de crédito, principalmente quando observados os seguintes cuidados, evitar concentração de sacados, procurando obter do cliente duplicatas com maior diversificação, verificar se as duplicatas são sacadas contra empresas idôneas, procurar conhecer os sacados e evitar usar duplicatas contra sacados que sejam de movimentação financeira ruim; verificar se os prazos de vencimento das duplicatas são compatíveis com o prazo de vencimento da operação e procurar receber ou dar preferência às duplicatas devidamente endossadas (assinadas pelo sacado) por quem tenha suficientes poderes.

Caução de cheques

O contrato de empréstimo pode ter como forma de garantia a vinculação de cheques, o prazo para a apresentação de cheques, para o pagamento, é de 30 dias a partir de sua emissão, quando for emitido na praça (cidade) onde deve ser pago, e de 60 dias quando emitido em outra praça.

O prazo de prescrição do cheque (perda do direito de cobrar judicialmente) é de seis meses a contar do final do prazo de apresentação.

Alguns cuidados que devem ser tomados na caução de cheques: evitar concentração de emitentes; verificar se os cheques são emitidos por pessoas idôneas, verificar a quantidade e o valor dos cheques emitidos/devolvidos; se a data de vencimento dos cheques é compatível com o prazo de vencimento do crédito e verificar se o valor dos cheques que o cliente está descontando é compatível com o seu histórico de faturamento.

Alienação Fiduciária

A garantia de alienação de mercadorias ou bens, considerada real, é também muito utilizada no mercado, ficando o devedor na qualidade de depositário dos bens ou mercadorias, mas transferindo o direito de posse ao credor. (ÁVILA, P.102)

A garantia é constituída de bens reais, equipamentos, máquinas ou veículos. Transfere-se para o credor o domínio do bem, embora o devedor permaneça com a posse. Nessa situação, o devedor assume a figura de fiel depositário, não podendo vendê-lo, aliená-lo ou onerá-lo sem a prévia concordância do credor, sob pena de prisão administrativa. Na alienação fiduciária o banco certifica-se de que o bem realmente pertence a quem o está alienando, isso poderá ser feito por meio da apresentação da nota fiscal, a qual o banco poderá apor um carimbo ou escrever a menção “alienada fiduciariamente ao banco”. Um exemplo bem comum é a documentação de veículos financiados, onde fica explícita a alienação e a instituição financeira que cedeu o empréstimo para a aquisição do veículo.

Penhor mercantil

O penhor de mercadorias ou bens se assemelha à alienação. Difere quanto à execução, já que o direito da posse é do devedor e, dependendo do seu uso, no caso de insolvência, a justiça poderá não penalizar o devedor, ficando o credor sem garantia real e tendo que se habilitar como quirografário. (ÁVILA, P. 102)

Consiste na entrega ao credor, de bem móvel, por um devedor ou por terceiros, para garantir o cumprimento de dívidas, apesar de ser uma garantia real, o penhor mercantil de mercadorias é bastante questionado quanto à sua validade e eficácia. O correto seria que o credor ao receber mercadorias ou estoques em

penhor, guardasse-os consigo, para que sua existência e sua disponibilidade garantissem o crédito concedido. Na realidade, os bens são quase sempre componentes do estoque de matérias-primas ou de produtos acabados do cliente, ficando em seu poder, para comercialização na atividade diária. Por isso caracteriza-se como garantia sem qualquer controle por parte do banco, uma vez que não existe um profissional de confiança monitorando as entradas e saídas das mercadorias específicas no contrato de garantia. Para minimizar o risco, é atribuído ao cliente o papel de fiel depositário, ao assinar o contrato, o que o força a assumir o encargo de guardar e conservar as mercadorias recebidas pelo banco em penhor, tal como ocorre na alienação fiduciária.

Hipoteca

A hipoteca de um imóvel assegura ao credor o direito de execução sobre o mesmo. A hipoteca deve ser registrada, podendo ser em primeiro, segundo, terceiros graus, desde que o credor se satisfaça em obedecer à ordem de execução. (ÁVILA, P.102)

É a vinculação de bens considerados imóveis pelo Código Civil para pagamento de dívidas. São bens imóveis passíveis de hipoteca: terras, casas, prédios, apartamentos e lotes.

O fator relevante de risco sobre hipotecas deve-se ao fato de possibilitar ao dono do imóvel poder constituir várias hipotecas, em favor do mesmo credor ou de outros, nesse caso haverá hipoteca de 2º grau, 3º grau e assim por diante. O credor de segunda hipoteca não poderá executar o imóvel sem antes ter vencido a primeira hipoteca, a não ser no caso de insolvência do devedor (dívidas maiores que os bens).

Funções das Instituições Financeiras

A principal atividade dos bancos é a intermediação financeira de recursos. Os bancos captam recursos de seus clientes e do mercado (financeiro e de capitais), repassando-os posteriormente sob a forma de empréstimos, na expectativa de realizar em ganhos, aqui denominado spreads. (SANTOS, P. 20)

A primeira, a "função de corretagens" que tratará de localizar poupadores e aproximá-los de unidades que necessitem de fundos, ou melhor, que necessitem da captação dos recursos a serem emprestados, facilitando o fluxo direto da poupança dos poupadores aos investidores.

A segunda é a "função de transformação de ativo". As instituições financeiras emitem passivos financeiros para captar recursos dos poupadores, e com esses fundos comprar os instrumentos financeiros (ações e bônus) emitidos pelas empresas. Para os poupadores, os instrumentos financeiros emitidos pelas instituições financeiras dominam aqueles emitidos diretamente pelas empresas devido ao menor custo de monitoramento, liquidez e menor risco.

Os títulos emitidos pelas empresas são denominados Títulos Primários por estarem respaldados em seus ativos reais. Os títulos emitidos pelas instituições podem ser considerados Títulos Secundários, porque esses ativos estão respaldados nos Títulos Primários comprados das empresas.

Em outras palavras, essas instituições adquirem títulos primários e por sua vez emitem seus próprios títulos (títulos secundários). Em essência, transformam direitos em títulos primários e em seguida em direitos indiretos, chamados títulos secundários formalmente diferentes do primeiro.

Em consequência, a existência de intermediários financeiros beneficia tanto os tomadores de recursos quanto os seus fornecedores, reduzindo o custo para o tomador de recursos e fornecendo maiores garantias ao detentor de poupança e maior atratividade. Os intermediários financeiros tendem a aumentar a eficiência dos mercados financeiros.

Em geral, quanto mais variados os instrumentos pelos quais as poupanças podem se movimentar dos poupadores aos tomadores de recursos maiores a eficiência do mercado financeiro de uma economia.

Outro benefício adicional dos Intermediários Financeiros é sua maior capacidade de assumir risco de descolamento de vencimento de seus ativos e passivos do que os poupadores de recursos. Assim, oferecem serviços de intermediação de prazos para o resto da economia. Devido a sua capacidade de lidar com o descolamento de vencimento de ativo e passivo, as instituições financeiras criam novos tipos de contratos ou instrumentos financeiros,

consequentemente elas estão sujeitas a riscos de taxa de juros, moeda, liquidez, crédito, etc., que são administrados através de instrumentos de hedging: futuros, swaps, etc., esses novos instrumentos financeiros, conhecidos como derivativos, também podem ser usados como fontes de receitas, que implicam na tomada de posições das mesmas e consequentemente tem os mesmos tipos de riscos de instrumentos tradicionais.

2.2. MODALIDADES DE FINANCIAMENTO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS

A principal atividade dos bancos é a intermediação financeira de recursos. Os bancos captam recursos de seus clientes e do mercado (financeiro e de capitais), repassando-os posteriormente sob a forma de empréstimos, na expectativa de realizar em ganhos, aqui denominados spreads. (Santos, p. 20) Serão verificadas as principais modalidades de financiamento das instituições públicas.

2.2.1 Financiamentos da Caixa Econômica Federal

A CAIXA possui uma linha de crédito, com recursos próprios destinados a aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens novos, exceto veículos, de fabricação nacional ou importada já internacionalizada no país. Essa modalidade de financiamento é denominada BDC- Bens de Consumo Duráveis PJ e destina-se a empresa de todos os portes, podendo financiar até 80% do valor do bem a ser adquirido.

O financiamento possui prazo total de até 60 meses, sendo até 12 meses de carência (sempre múltiplo de três). Durante o período de carência são devidos juros, cobrados trimestralmente. A taxa de juros varia de acordo com o rating e a faixa de faturamento de empresa podendo ir de 1,56 a 1,96% ao mês para empresas com faturamento anual de até R\$ 7 milhões. Para empresas com faturamento acima desse valor a taxa de juros varia entre 1,60 a 2% ao mês e o prazo passa a ser de no máximo 36 meses, não havendo carência. As garantias exigidas são a alienação

fiduciária do bem financiado e o aval dos sócio-dirigentes da empresa, podem ser exigidas garantias adicionais conforme o relacionamento e o volume dos negócios que a empresa mantém no banco. Outra exigência é a de ser feito seguro para o bem adquirido, a fim de assegurar a integralidade da garantia do financiamento.

Outra linha de crédito especial, com recursos do PIS, destinada a suprir as necessidades de capital de giro das empresas, exclusivos para clientes da CAIXA com faturamento fiscal anual bruto de até R\$ 7 milhões.

O prazo é de até 12 meses e possui uma taxa de juros de TR + 0,8333% ao mês, além da vantagem de ser isento do pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). No ato da concentração é exigida Taxa de Abertura de Crédito, correspondente a 2% do valor do empréstimo, limitado ao mínimo de R\$ 200,00. Essa modalidade possui valor máximo para concentração limitada a R\$10.000,00. Não há exigência de garantias reais para essa operação, sendo necessário apenas o aval dos sócios. As prestações são calculadas de acordo com a Tabela PRICE.

Por ter uma das menores taxas de juros do mercado, quando comparado com outras modalidades de financiamento para capital de giro, essa operação é uma boa alternativa para empresas que necessitam não apenas de valores para giro, mas também, para adquirir máquinas ou equipamentos de pequeno valor. Com uma taxa de juros efetiva TR + 10% ao ano, é mais barata de algumas operações de aquisição de bens, além de ser menos burocrática, agilizando sua liberação.

Giro CAIXA Fácil é uma linha de crédito, sem destinação específica, para clientes da CAIXA com faturamento anual de até R\$ 7 milhões. É disponibilizado na forma de limite de crédito pré- aprovado na conta corrente, para utilização total ou parcial, podendo ser movimentada por meio do Internet Banking CAIXA ou terminais de autoatendimento. Para ter acesso a esse financiamento a empresa precisa possuir. Obrigatoriamente, conta corrente com cheque especial empresa.

O prazo total é de até 18 meses e o valor do crédito é limitado a R\$ 60.000,00. Com relação às garantias, é necessária apenas a comprovação de bens suficientes para a cobertura do capital mais juro da operação, sendo considerada a soma do patrimônio da empresa, codevedores e/ou garantidores. A obrigatoriedade da comprovação de bens pode ser dispensada caso a empresa possua histórico

positivo de crédito com a CAIXA, desde que o valor da operação não seja superior a R\$ 20 mil. São devidos os seguintes encargos:

- Juros prefixados pagos mensalmente, atualmente em 2, 72% ao mês;
- Juros de acerto: quando a data da contratação divergir do dia escolhido para o vencimento, ocasionando prazo maior que 30 dias para o pagamento da primeira prestação;
- IOF cobrado a cada utilização do limite, incorporado ao saldo devedor e financiado com o valor do principal;
- TAC cobrada a cada utilização do limite, sendo de 1% do valor tomado, limitado ao mínimo de R\$ 20,00 e máximo de R\$ 100,00, incorporado ao valor do principal e cobrado juntamente com as parcelas dos empréstimos.

Possui ainda o Fat Giro Setorial que é uma linha de crédito especial, instituída pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), utilizando recursos do Fat, destinada a financiar capital de giro de empresas prestadoras de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo, com o objetivo de proporcionar a geração ou manutenção de emprego e renda, esse financiamento possui prazo até 36 meses, sendo até 18 meses de carência. Durante o período de carência é devido o pagamento mensal de juros. Os encargos são TJLP + 2,8% ao ano, além do IOF. Pode ser utilizado por empresas de qualquer porte, havendo distinção em relação ao limite máximo financiável, sendo R\$ 200.000,00 para micro e pequenas empresas (faturamento de até sete milhões) e até R\$ 5.000.000,00 para médias e grandes empresas.

2.2.2 Financiamentos do Banco do Brasil

As opções de financiamento apresentadas foram levantadas com base nas informações obtidas pelo site do Banco do Brasil.

Dentro das opções possui o BB Capital de Giro Mix PASEP é uma linha de crédito fixo, com recursos do PASEP, podendo ser utilizado para aquisição de matéria-prima, pagamento de imposto ou realizar investimentos na empresa.

Essa operação possui prazo máximo de até 24 meses e não possui prazo de carência. A taxa de juros varia conforme o relacionamento, as garantias e a reciprocidades negociadas com o banco, podendo ser de TR mais 1,7% ao mês a TR mais 2% ao mês.

O BB Giro Empresa Flex é uma linha de crédito destinada a auxiliar a gestão de caixa da empresa, atendendo, em uma única operação, as necessidades financeiras de capital de giro e financiamento para aquisição de bens e serviços. É uma operação exclusiva para empresas com faturamento superior a R\$ 2,133 milhões.

Esse financiamento possui facilidade da empresa optar pela periodicidade das parcelas de capital, possuindo as seguintes opções: mensal, bimestral , trimestral, quadrimestral , semestral ou cronograma livre. Pode ser pago em 36 parcelas mensais, podendo haver reutilização dos valores amortizados. O valor é depositado na conta corrente da empresa ou diretamente para o fornecedor. Essa operação conta com alíquota zero do IOF para empresas exportadoras.

É uma linha de crédito que disponibiliza capital de giro com condições especiais para as empresas revendedoras de veículos usados. O FAT Giro Setorial foi criado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), órgão ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal. O objetivo é proporcionar a geração ou manutenção de emprego e renda das empresas de micro, pequenos e médio porte do comércio a varejo e veículos usados (automóveis camionetes e utilitários).

Pode ser parcelado em até 24 meses, com prazo de carência de até 5 meses (já inclusos). Atualmente, a taxa de juros está em TJLP mais 11,206% ao ano, representando uma taxa efetiva de 1,40% ao mês. Possui limite máximo para contratação de R\$ 200 mil reais.

Capital de giro com condições especiais para as empresas que integram Arranjos Produtivos Locais- APL apoiados pelo Banco do Brasil. O BB Giro APL é uma linha de crédito criada para proporcionar mais competitividade a empresas que

participam de APL e apoiar a geração e manutenção de emprego e renda nas comunidades.

O pagamento pode ser feito em até 24 parcelas mensais, com carência de até 6 meses, ou seja, prazo total de 30 meses. Há possibilidade de escolha da data para pagamento, possibilitando programar de forma a ajustar ao fluxo de caixa de cada empresa. A taxa de juros é de TR mais 1,55% ao mês, podendo ser reduzida para TR mais 1,35% ao mês optando pelo Fundo de Garantia de Operação (FGO).

O BB Capital de Giro é uma linha de crédito desenvolvida para atender às necessidades de capital de giro das empresas, ajustando-se ao fluxo financeiro e às sazonalidades do negócio. Essa modalidade é destinada a empresas com faturamento anual superior à R\$ 5 milhões.

A taxa de juros varia conforme o relacionamento com o banco, podendo ser de 135% do CDI a 150% do CDI ao mês, com possibilidade de escolha da forma de correção dos encargos: prefixados ou pós-fixados. Pode haver dispensa de garantias de reais, sendo exigidas apenas garantias pessoais, conforme o relacionamento e as reciprocidades negociadas.

Outra linha de crédito destinada a capital de giro para pagamento de compras efetuadas por meio do cartão Ourocard Empresarial. Pode ser utilizado para compra matéria-prima, pagar tributos ou sacar dinheiro nos terminais de autoatendimento. O valor financiável varia entre o mínimo de R\$ 500,00 e o máximo de R\$ 5 mil, conforme limite de crédito do cliente. Poderá ser parcelado em até 12 meses, com até 65 dias para o vencimento da primeira prestação. A taxa de juros é de 2,38% ao mês, como garantia é exigida apenas fiança dos sócios.

Podemos citar também o BB Giro Rápido linha disponível para suprir as necessidades imediatas de capital de giro, destina-se a micro e pequenas empresas dos ramos industrial, comercial e serviços com faturamento anual de até R\$ 5 milhões. Funciona como limite de crédito pré-aprovado, podendo ser utilizado de uma só vez ou conforme a necessidade da empresa.

Os valores liberados podem ser de até R\$100 mil reais, com prazo de pagamento é de até 24 meses, sem carência. As taxas de juros estão em torno de 2,08% a 2,34%, ao mês. Essa modalidade combina as condições da operação de capital de giro (parcelamento e baixa taxa de juros) com a facilidade do cheque

especial. As parcelas pagas podem ser reutilizadas e novamente parceladas em 24 meses. Não há exigência de garantias reais, podendo ser utilizado apenas o aval dos sócios e outras negociadas com o banco.

2.2.3 Financiamentos do BNDES

As formas de financiamento apresentadas enquadram-se na modalidade indireta, na qual a instituição financeira utilizada para as análises foi a Caixa Econômica Federal. Essa escolha deve-se ao fato da disponibilização dos dados por parte da instituição.

O BNDES Automático é uma linha de crédito destinada a financiar projetos de investimento que visem a implantação, realocização, ampliação, recuperação e modernização das empresas e dos setores de indústria, comércio e prestação de serviços. Pode ser utilizado por empresas de qualquer porte, desde que estejam sob controle de capital 100% nacional.

Os limites do financiamento são de no mínimo R\$ 20 mil e no máximo R\$ 10 milhões, variando conforme a capacidade de pagamento da empresa, não podendo ser superior a 90% do investimento total. O prazo total do financiamento é de até 60 meses, incluído o prazo de carência de até 12 meses (sempre múltiplos de três). Os encargos são TJLP + taxa de juros Caixa, essa última encontra-se atualmente em 5,5% ao ano, enquanto os juros do BNDES SÃO DE 0,9% ao ano.

Essa modalidade de financiamento possui isenção de IOF. Durante o prazo de carência são devidos apenas a parcela referente a TJLP mais juros, cobrados trimestralmente. Em relação às garantias, é exigido o aval dos sócio-dirigentes e garantia real de, no mínimo, 130% do valor financiamento, além de outras que possam a ser exigidas pela instituição financeira na condição de garantias adicionais.

O BNDES FINAME modalidade destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, cadastrados no Credenciamento de Fabricantes Informatizados (CFI). Destina-se a empresas de todos os portes, desde que possuam a totalidade de seu capital sob o controle nacional.

O limite mínimo para contratação é de R\$ 5 mil reais, os valores variam conforme capacidade de pagamento da empresa, podendo financiar até 90% do valor do bem. Essa operação é semelhante ao BNDES Automático, pois possui menos prazo (60 meses, com até 12 de carência) e os mesmos encargos financeiros (TJLP + juros BNDES de 0,9%a.a + juros Caixa de 5,5%a.a.), além de gozar do mesmo benefício de isenção do IOF.

As garantias exigidas são aval dos sócio-dirigentes e alienação fiduciária dos bens financiados, podendo haver necessidade de garantias adicionais conforme negociação com a Caixa.

Já o cartão BNDES é uma linha de crédito destinada à aquisição de bens de produção através do Portal de Operações do BNDES. Podem ser utilizadas por micro, pequenas e médias empresas com faturamento anual de até R\$ 60 milhões, não sendo permitida a contratação para ESFL (Empresas Sem Fins Lucrativos). A solicitação é feita através do cadastramento no site do Cartão BNDES, no endereço WWW.cartaoendes.gov.br, e preenchimento do formulário de adesão, indicando o banco emissor do cartão. Para efeitos deste estudo, o banco emissor, é considerado a Caixa. Após o cadastro da empresa ser aprovado pelo BNDES, a Caixa entra em contato com o representante da empresa para que este leve a documentação necessária para a avaliação.

O valor financiável varia entre o mínimo de R\$ 1.200,00 e o máximo de R\$ 250 mil, conforme avaliação de crédito da empresa. A taxa de juros atual é de 1,01% ao mês, podendo parcelar o pagamento em até 36 parcelas fixas (Sistema PRICE), a Caixa permite o parcelamento somente nos prazos fixos de 12, 18, 24 e 36 vezes. Após a empresa possuir o cartão emitido, este passa a constituir uma ferramenta fácil e rápida à aquisição de máquinas e equipamentos, podendo ser utilizado quando for mais conveniente, através do Portal de Operações. Uma das grandes vantagens do cartão BNDES é a não exigência de garantias, sendo necessário apenas bom relacionamento com o banco emissor. Outro ponto positivo deste financiamento é a possibilidade de financiar 100% do valor do bem, dispensando complementação por parte da empresa.

O BNDES PSI- BK NOVOS é um financiamento destinado à aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, fabricados no Brasil, credenciados pelo

BNDES. Destina-se a empresas de todos os portes, desde que estejam sob controle de capital nacional.

O valor financiável depende do resultado da avaliação de crédito da empresa, limitado ao máximo de R\$ 10 milhões. Pode financiar até 90% do bem adquirido. O prazo total é de 60 meses, incluindo prazo de carência de 12 meses. Os encargos financeiros são compostos de juros do BNDES (1,5%a.a.) e juros da Caixa (3%a.a.), perfazendo um total de 4,5% ao ano. Esta operação possui alíquota zero de IOF.

Além de máquinas e equipamentos, também pode ser utilizado para aquisição de ônibus e caminhões, porém há variação nas condições do financiamento em relação aos prazos, a carência passa a ser de, no máximo, seis meses. Já as taxas de juros passam a ser de 7,5% ao ano, isso ocorre para elevação dos juros BNDES, que passam de 1,5%a.a. para 4%a.a., interessante ressaltar que as condições continuam atrativas e as demais características do financiamento se mantêm inalteradas.

As garantias exigidas, para ambos os objetos, são aval do sócio-dirigentes e alienação fiduciária dos bens financiados. Assim como nas demais operações anteriormente citadas, podem ser exigidas garantias adicionais conforme negociação com o banco.

2.3. MODALIDADES DE FINANCIAMENTO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PRIVADAS

2.3.1 Financiamentos Bradesco S/A

Capital de Giro Com Taxa de Juros Prefixada. Recursos destinados exclusivamente para financiar o ciclo operacional das empresas (compra de mercadorias, matérias-primas, pagamento a fornecedores, salários e encargos, tributos etc.). A taxa como em outros bancos varia de acordo com a garantia oferecida na operação, que podem ser o aval dos sócios, recebíveis multicartões, cheques, duplicatas, aplicações financeiras, veículos, imóveis, máquinas e equipamentos. O prazo varia de acordo com a garantia que pode ser de um dia e máximo de 60 meses. Nessa operação incide a taxa de juros, IOF (alíquota atual é de 0,0041% a.d. + adicional 0,38%) TAC (taxa de abertura de credito).As formas de

pagamento podem ser único, PAP plano de amortização programada, pagamento parcelado e fluxo informado.

O capital de giro com garantia de cobrança simples são amortizados através dos créditos em conta corrente referente aos recebimentos dos títulos em cobrança simples, ou através de parcelas mensais, o percentual exigido é de 110% da operação de crédito.

Os cheques pré-datados e custodiados no banco podem ser dados como garantia de operação o percentual desta garantia também é de 110%, e são amortizados de acordo com a compensação dos cheques.

As aplicações financeiras em poupança, fundos, debêntures, letras hipotecárias, previdência podem ser oferecidas como garantia de operação e possuem prazo máximo de 60 meses e taxas muito atrativas.

Nesta modalidade Bens Imóveis quitados e com matrícula registrada no cartório de imóveis podem ser garantia de operação tendo como margem de empréstimo 80% de seu valor, que será avaliado por empresa terceirizada conveniada ao banco, seu prazo é de 60 meses, são exigidos alguns documentos como certidões negativas do imóvel e do proprietário.

Conta garantida e um limite de crédito rotativo disponível em conta-corrente, para suprir as necessidades emergenciais do Cliente. Os valores deverão ser múltiplos de mil. Exemplos: R\$ 1.000,00; R\$ 5.000,00; R\$ 50.000,00 etc.

Hot Money também pode ser considerado um financiamento de curto prazo para necessidades emergenciais, pois seu prazo de pagamento é de 1 a 29 dias.

Já o CDC crédito direto ao consumidor é uma modalidade de financiamento destinada ao consumidor final para a aquisição de bens novos e usados e material de construção, como: Veículos e utilitários, máquinas equipamentos, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, serviços, equipamentos de informática.

A taxa de juros pode ser prefixada ou pós-fixada para veículos e prefixada para demais bens e serviços.

3. METODOLOGIA

No que diz respeito à metodologia utilizada no presente trabalho, será abordada a partir da explicação da metodologia da pesquisa e a descrição de coleta de dados referente a modalidades de financiamentos de bancos públicos e privado, e as informações citadas através de site e pesquisa de campo.

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho desenvolveu-se na forma de pesquisa exploratória acerca das modalidades de financiamentos à longo prazo, na coleta de dados foram utilizados os procedimentos de pesquisa bibliográfica e contato com conhecedores do assunto abordado.

Para Santos (2000, p. 26), a pesquisa exploratória tem como objetivo criar maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno, buscando, segundo Severino (2007, p. 123), apenas levantar informações sobre um determinado objetivo. Essas características têm conformidade a este assunto por ser um tema pouco abordado no meio acadêmico.

Segundo Leite (2008, p. 47) a pesquisa bibliográfica é fundamental, pois além de ser autônoma, isto é, independente de outras, serve de base, de alicerce para fundamento e alcance dos objetivos dos outros tipos de pesquisa. No caso deste trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica para levantar dados acerca do tema abordado, servindo como base para melhor desenvolvimento a pesquisa exploratória, as fontes utilizadas para levantamento dos dados foram as disponíveis no acervo da biblioteca da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e as disponíveis na internet.

3.2 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados nas paginas eletrônicas Bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e do Banco privado Banco Bradesco S.A e através de pesquisa Bibliográfica.

Foram identificados os conteúdos disponibilizados nos sites e após selecionados, foi verificado que em todos os bancos pesquisados que as taxas e dados relevantes não estavam, bastante claros, desta forma se fez necessário, pesquisa de campo que consiste em observar fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referente aos mesmos e , finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Ciência e áreas de estudo, como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, História, Arquitetura, Pedagogia, Política e outras, usam frequentemente a pesquisa de campo para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade. Exige também a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e análise. Dependendo das técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados, a pesquisa de campo poderá ser classificada como de abordagem predominantemente quantitativa ou qualitativa. Segundo Franco (1985) numa pesquisa em que a abordagem é basicamente quantitativa, o pesquisador se limita à descrição factual deste ou daquele evento, ignorando a complexidade da realidade social.

4. DESCRIÇÕES DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Coletados os dados nos sites dos Bancos públicos e privados, fez se necessário analisá-lo visando atender aos objetivos propostos. A técnica de exploração utilizada consistiu em criar uma familiaridade em relação a um fato ou fenômeno conforme Santos (2000), buscando apenas levantar informações sobre determinado objetivo segundo Severino (2007)

A partir das informações disponibilizadas nos sites dos agentes financeiros, avaliou-se o nível de evidenciação estabelecido pela legislação. Em seguida avaliou-se a quantidade e a qualidade da evidenciação contábil voluntaria apresentada nas páginas eletrônicas das Instituições Financeiras. A análise dos níveis de evidenciação baseou-se na classificação de Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que o estabelecimento acerca da quantidade de informação a ser divulgada depende muitas vezes do usuário a que se destina. Assim, três conceitos de divulgação são geralmente propostos: (1) Divulgação Adequada; (2) Justa e (3) Completa. A mais comumente utilizada dessas expressões é Divulgação Adequada, mas isso pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras. Divulgação Justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial. Divulgação Completa pressupõe a apresentação de toda a informação relevante.

Na caracterização desses autores, bem como na indagação do FASB, não há diferença efetiva entre esses três conceitos, embora sejam apresentados com significados distintos. Isto porque toda informação para os usuários precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e completa, pelo menos no que se refere ao que está sendo evidenciado.

4.1 DESCRIÇÕES DAS MODALIDADES DE FINANCIAMENTOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As Instituições Financeiras que constituem a amostra deste estudo são: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco. Com aplicação de pesquisa nos Bancos acima buscaram-se através de funcionários do quadro gerencial, as seguintes informações sobre os tipos de financiamento: taxa de juros;

características, garantias; tarifas e impostos. Os tipos de financiamento pesquisados foram: Hot Money, Conta Garantida, Desconto de Títulos, BNDES, Leasing, Capital de Giro, Crédito Rotativo, entre outros.

Tabela 2 Demonstração das modalidades de financiamento

Financiamento	Taxas de juros	Características	Garantias	Tarifas e Impostos	Restrições
Conta Garantida	Encargos financeiros	Até 360 dias, com renovações automáticas sucessivas	Quaisquer admitidas Pelo Banco	IOF	Cheques sem fundos, protestos, restrições financeiras. Faturamento baixo.
Desconto de Títulos ou Cheques	Encargos financeiros e comissão de permanência	Títulos com prazo de até 210 dias	Títulos ou cheques	Tarifas - abertura de crédito e serviços de cobrança; e, IOF	Idem ao item acima
CDC	Encargos financeiros e comissão de Permanência	Prazo de até 60 meses.	Veículo, utilitários, máquinas, equipamentos, móveis, serviços eletrodomésticos e eletroeletrônicos.	Tarifa abertura de crédito para pessoa jurídica e IOF	Idem ao item acima
BNDES	TJLP e 1% do <i>spread</i> básico e 6% de <i>spread</i> do agente financeiro	Carência - no mínimo 3 meses, se superior múltiplo de 3; Total - mínimo de 12 meses	-	-	Idem ao item acima
Leasing	Encargos Financeiros IOF isento	Prazos mínimos legais: I-bens com vida útil até 60 meses - 24 meses; II-bens com vida útil superior - 60 meses	Fiança, podendo ser complementada ou substituída por garantias	Seguro obrigatório	Idem ao item acima
Capital de Giro	TR mais 2,95% ao Mês	1 a 36 meses	Quaisquer admitidas pelo Banco	Tarifa de abertura de crédito; IOF;	Idem ao item acima

Analisar as demonstrações das modalidades de financiamento oferecidas pelos Bancos permite uma visão geral de cada recurso, possibilitando os gestores das microempresas e empresas de pequeno porte identificar de maneira simplificada a modalidade mais adequada para sua necessidade.

4.2 LEVANTAMENTO DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS DE FINANCIAMENTO SEGUNDO AS MODALIDADES

As opções de financiamentos disponíveis em longo prazo são limitadas, pois essas possuem menores taxas de juros e envolvem riscos decorrentes das incertezas do longo prazo. Isso acaba por estimular os bancos a ofertarem empréstimos de curto prazo, tais como desconto de duplicatas, cheques e capital de giro rápido, devido a fatores, como por exemplo, menores riscos decorrentes dos prazos menores e por possuírem maiores taxas de juros, proporcionando, dessa forma, maiores spreads.

Com relação às empresas, elas acabam por utilizar os financiamentos de curto prazo por serem menos burocráticos e muitas vezes não exigirem garantias reais, sendo obtidos de forma mais rápida e fácil, o cadastro com restritivos sejam eles protestos ou outros impedimentos, não terão seus empréstimos aprovados até regularizarem sua situação, alguns desses restritivos podem ainda dificultar futuras operações de créditos, mesmo após sua baixa. Outro fator também decisivo é a insuficiência de documentação que geralmente ocorre com as empresas que atuam na informalidade ou que omitem informações de faturamento, principalmente para reduzir a incidência de impostos, porém essa ação poderá impedir a liberação, pois se o seu faturamento declarado for baixo, na análise de capacidade de pagamento será liberado limites menores, que muitas vezes não atenderão sua necessidade.

A operação com destinação específica como financiamento de veículos máquinas e equipamentos, geralmente possuem prazos e taxas menores, isso ocorre porque os bens financiados também servem como garantias da operação, reduzindo os riscos por parte do agente financiador, além do que esses bens, gerarão receita para a empresa, porém estas linhas de crédito tem limite máximo a

ser financiado que geralmente é de 80% a 90 % do valor do bem, desta forma a empresa terá que assumir a diferença, alguns bancos podem ofertar financiamento de 100% do bem, neste caso as taxas são maiores para compensar o risco e a empresa precisa de um bom histórico e relacionamento com o banco.

As opções de financiamento em curto prazo conforme quadro de demonstração de financiamentos são: conta garantida, Hot Money, desconto de duplicatas e cheques. Ao analisarmos a Conta Garantida podemos citar como vantagem a mesma não possui taxa de abertura de crédito a cada vez que é utilizada, uma vez que este limite está liberado em conta pode ser utilizado sem a necessidade de novos contratos, desvantagem é a taxa de juros que é maior que as outras modalidades de financiamento a curto prazo. Já o desconto de duplicatas e cheques tem como vantagem a taxa de juros é mais atrativa, pois possui a garantia dos recebíveis da empresa, a desvantagem é que possui taxa de abertura de crédito a cada nova operação, além da avaliação do tomador do desconto os emitentes dos cheques também são avaliados. O Hot Money é utilizado como um capital de giro só que de curto prazo, sua vantagem é poder estabelecer prazo para quitação e se amortizado antecipadamente tem desconto de juros, desvantagem possui taxa de abertura de crédito a cada novo contrato. Dentre estas modalidades a mais vantajosa é o desconto de cheques e duplicatas pela taxa de juros que pode ser menor em até 4%. A segunda opção no caso do cliente não possuir garantias seria a conta garantida que possui taxa de abertura de crédito apenas na implantação do limite e nas renovações que são em média de 180 dias, e não a cada utilização deste, além disso, a taxa de juros é semelhante a do Hot Money e dependendo do relacionamento do cliente pode ser menor.

O quadro de demonstração de financiamentos possui também as operações de longo prazo: que podem ser caracterizadas com operações de capital de giro neste caso podem ser diferenciadas de acordo com as garantias. A vantagem desta operação além da taxa é possibilitar financiar o giro permanente da empresa, como: pagamento de funcionários, reposição de mercadoria, manutenção de equipamentos, em longo prazo não prejudicando o fluxo da empresa, a desvantagem é que por ter um custo menor que outros financiamentos, podem ser

utilizados para necessidades menos urgentes ou até mesmo para gastos particulares dos sócios.

No caso de financiamento de máquinas, veículos e computadores uma boa opção pode ser o leasing que além de possuir incentivo fiscal, pois é considerado contrato de aluguel, ele é informado no imposto de renda como despesa, reduzindo o cálculo de base do imposto de renda, além de não incidir IOF, os juros do leasing também são menores, pois em caso de inadimplência como o veículo fica no nome do Banco ou Sociedade Mercantil é possível recuperá-lo mais rápido, como desvantagem não é possível amortizar parcelas, e nem quitar antes dos 24 meses, para isto é necessário solicitar autorização do arrendatário (banco ou sociedade mercantil), em caso de financiamento através de CDC, o devedor poderá amortizar parcelas antecipadamente com desconto de juros ou quitar o contrato a qualquer momento, a desvantagem é de incidência de IOF e não possuir incentivo fiscal. São muitas as opções de crédito para os empreendedores, entretanto é preciso ter discernimento para escolher a modalidade mais adequada para o momento que seu negócio vive.

Outra boa opção para financiamento de veículos utilitários, máquinas, equipamentos, materiais para construção entre outros é o cartão BNDES que tem inúmeras vantagens como crédito pré-aprovado, juros menores que qualquer financiamento em torno de 0,97% ao mês, não possui tarifa de anuidade, prazo de pagamento de até 48 meses, como desvantagem é que a liberação deste é mais criteriosa, pois a empresa deverá estar em dia com seus tributos federais, FGTS, INSS, RAIS, e um excelente relacionamento com o Banco.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após análise de financiamentos de curto e longos prazos disponíveis via Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sistema BNDES e Banco Bradesco, são possíveis descrever as dificuldades encontradas, e contribuir com o meio acadêmico e empresarial.

Foram várias as limitações da pesquisa, desde a falta de informações detalhadas e precisas através de meio eletrônico e sites das instituições financeiras, pois em vários casos encontravam-se com informações divergentes ou desatualizadas. Informações mais precisas sobre taxa de juros e detalhes das modalidades só foram obtidas através de consultas presenciais nas instituições. O fato dos juros variarem de acordo com o rating do cliente e seu relacionamento com o banco dificulta a precisão da taxa de cada modalidade.

De acordo com o estudo, pode se concluir que não existe uma modalidade ideal, pois depende de outros fatores como o ramo de atividade e faturamento da empresa, a taxa menor pode muitas vezes ser substituída pela urgência em obter uma máquina, impossibilitando pleiteá-la com recursos BNDES cujas condições são mais vantajosas, porém o processo é mais moroso, depende de várias certidões, a informalidade e a falta de bens para serem utilizados como garantia, a escassez de capital para complementar investimento parcialmente financiado, visto que máquinas e equipamento são financiados com 20 a 30 % de entrada, além disso, a inexperiência dos dirigentes podem impedir que obtenham financiamentos e possam crescer e manter-se atualizados tecnologicamente e desta forma tornarem-se competitivos no mercado.

Diante das limitações da pesquisa apresentam-se algumas recomendações para futuros estudos sobre o tema investigado: Realizar pesquisa envolvendo mais de um Banco privado, de forma a possibilitar maiores informações das modalidades de financiamentos destas instituições; Exemplificar a pesquisa com um estudo de caso, possibilitando comparar diversos resultados dependendo da modalidade de financiamento escolhida.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 1999.
- BANCO CENTRAL (BACEN). **Empréstimos do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?SERIESFN>>. ACESSO em 20 de dez. 2011.
- BANCO DO BRASIL. Disponível em: < <http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 21 de dez. de 2011.
- BANCO DO BRASIL. **Crédito Empresarial**. Disponível em :< <http://www.bb.com.br/portalbb/page44,108,3213,8,0,1,2.bb?códigomenu=113&códigooNoticia=152&códigoRef=128&bread=3>>Acesso: 21 de dez. de 2011.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL- BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/>. Acesso em 22 de dez. de 2011.
- BNDES. Estatuto Social do Brasil Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndespt/Institucional/OBNDES/legislação/estatutobndes.html>. Acesso em 22 de dez. 2011.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.
- CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/>. Acesso em 02 de jan. de 2012.
- GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. 10º Ed. São Paulo: Pearson, 2004.
- SAITO, Richard; Procianoy, Jairo L. **Captação de Recursos de Longo Prazo**. São Paulo. Atlas, 2008.
- HENDRIKSEN, Eldon S; Breda, Michael F Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zorato Sanvincente. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- VIEIRA, Marcos Villela. **Administração Estratégica do Capital de Giro**. São Paulo. Atlas, 2005.
- LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras/** Antonio Barbosa Lemes Junior, Ana Paula.